

JUCESP PROTOCOLO
0.408.106/20-7

TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
"PITA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA"
CNPJ: 30.493.861/0001-10



142

E.R. JUNDIAÍ 172

Pelo presente instrumento particular de Terceira Alteração de Contrato Social as partes a seguir qualificadas.

- a) **EDUARDO FERNANDES FIRMIANO**, brasileiro, casado sob comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 29 de janeiro de 1971, portador da Cédula de Identidade RG nº. 19.749.464-X SSP/SP, e do CPF nº. 135.525.458-24, residente e domiciliado na Rua Vitória Régia, 429, Apartamento 22, Campestre, CEP 09080-320, Santo André, Estado de São Paulo.
- b) **NILSON OLIVEIRA GONÇALVES PITA**, brasileiro, solteiro, farmacêutico, nascido em 13 de novembro de 1971, portador da Cédula de Identidade RG nº. 19.369.175-9 SSP/SP e do CPF nº. 147.323.988-55, residente e domiciliado na Avenida Benedito Castilho de Andrade, 877, Apartamento 12, Bloco 23, Morada do Japy, Parque Residencial Eloy Chaves, CEP 13212-070, Jundiaí, Estado de São Paulo.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada **PITA & FERNANDES LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA**, estabelecida na Avenida Brasil, 1129, Pavimento Superior, Lagoa Jardim Tuiuty, CEP 13295-000, Itupeva, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 30.493.861/0001-10 e Contrato Social Primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35231005112 em sessão de 18 de maio de 2018.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o referido contrato social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO

A sociedade muda sua denominação social para "**PITA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA**".

2 – RETIRADA DE SÓCIO

Retira-se da sociedade nesta data o sócio **EDUARDO FERNANDES FIRMIANO**, já qualificado no preâmbulo deste instrumento, que detinha 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do Capital Social da sociedade, a qual cede e transfere a título de venda a totalidade de suas quotas a sócia recém-admitida na sociedade **SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA**, adiante qualificada, dando-lhes geral e plena quitação nesta data e dá a mais ampla e rasa quitação de seus direitos, nada mais tendo a reclamar em tempo algum quanto a seus direitos na sociedade.

3 – ADMISSÃO DE SÓCIO

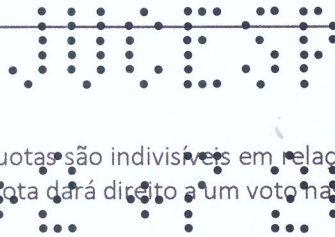
É admitida na sociedade nesta data a sócia **SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 15 de outubro de 1968, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 18.440.326-1 SSP/SP e do CPF nº. 140.949.628-75, residente e domiciliada na Avenida Benedito Castilho de Andrade, 877, Apartamento 12, Bloco 23, Morada do Japy, Parque Residencial Eloy Chaves, CEP 13212-070, Jundiaí, Estado de São Paulo.

Em virtude das alterações ora deliberadas, a Cláusula Quinta do referido Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Quinta – DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), todo ele realizado e dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

| | | | |
|---------------------------------------|-----|--------------|---------------|
| NILSON OLIVEIRA GONÇALVES PITA | R\$ | 25.000,00 ou | 25.000 Quotas |
| SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA | R\$ | 25.000,00 ou | 25.000 Quotas |
| Total Geral | R\$ | 50.000,00 ou | 50.000 Quotas |



Parágrafo Primeiro – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais que um titular para cada quota e cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social conforme o artigo 1.052 da Lei nº. 10.406/2002”.

Parágrafo Terceiro – Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

4- DA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade será administrada e representada, por tempo indeterminado, individualmente e isoladamente, judicial ou extra judicialmente, ativa e passivamente por ambos os sócios que assinarão todo e qualquer documento que diga respeito à sociedade, inclusive a movimentação bancária e a ele caberá a responsabilidade e a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade.

5 – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Os sócios já qualificado no preâmbulo deste instrumento resolvem consolidar o Contrato Social, revogando expressamente, todas suas cláusulas e condições, passando a vigorar o Contrato Social seguinte:

CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira – DENOMINAÇÃO SOCIAL E TIPO DE SOCIEDADE

Sob a denominação social de **PITA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA**, é constituída uma Sociedade Empresária Limitada, que se regerá pelo presente Contrato Social nos termos da Lei nº. 10.406/2002, Capítulo II – Da Sociedade Empresária Limitada e demais legislação aplicável, para os casos omissos.

Cláusula Segunda – SEDE, FILIAIS, AGÊNCIAS OU SUCURSAIS

A sociedade tem sua sede Avenida Brasil, 1129, Pavimento Superior, Lagoa Jardim Tuiuty, CEP 13295-000, Itupeva, Estado de São Paulo; podendo sua administração estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer parte do território nacional e do exterior de acordo com a legislação pertinente.

Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL

A sociedade tem como objeto social para a importação e exportação de comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos em geral, comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal, comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano manipulados no próprio estabelecimento através de fórmulas magistrais (receitas médicas) e da farmacopeia brasileira, Comércio atacadista de medicamentos, Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto médico hospitalar; partes e peças.

Cláusula Quarta – PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 09 de maio de 2018, conforme arquivamento inicial na Junta Comercial do Estado de São Paulo e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta – DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), todo ele realizado e dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

| | | | |
|--------------------------------|-----|--------------|---------------|
| NILSON OLIVEIRA GONÇALVES PITA | R\$ | 25.000,00 ou | 25.000 Quotas |
| SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA | R\$ | 25.000,00 ou | 25.000 Quotas |
| Total Geral | R\$ | 50.000,00 ou | 50.000 Quotas |

Parágrafo Primeiro – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais que um titular para cada quota e cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais.



Parágrafo Segundo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social conforme o artigo 1.052 da Lei nº. 10.406/2002”.

Cláusula Sexta – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

O exercício social coincidirá com o ano calendário, sendo que no dia 31 de dezembro de cada ano, ou periodicamente, será procedido um Balanço Patrimonial do exercício, e demonstrações contábeis que deverão ser transcritas no Livro Diário da sociedade.

Parágrafo Primeiro – A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de Lucros, conforme estabelecido pela Lei nº. 6404/76, ou então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

Parágrafo Segundo – Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.

Cláusula Sétima – ADMINISTRADORES

A sociedade será administrada e representada, por tempo indeterminado, individualmente e isoladamente, judicial ou extra judicialmente, ativa e passivamente por ambos os sócios.

Parágrafo Primeiro – Os sócios administradores poderão eleger procuradores para administração da sociedade, sendo estes poderes devidamente suportados por instrumento público ou particular.

Parágrafo Segundo – Os sócios administradores declaram não estarem incursos em crimes previstos em Lei, cuja pena o impeça de exercer atividades mercantis ou de quaisquer das atividades vinculadas à sua profissão, nos termos do Artigo 1.011, § 1º da Lei nº. 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro – Fica vedado aos sócios usarem o nome da firma para fins estranhos ao objetivo social, ou seja, abonar, endossar, dar carta de fiança, avalizar ou qualquer outro tipo de documento que implique responsabilidade para a sociedade, ficando os sócios, desde já, se tais atos praticarem, responsabilizados individualmente.

Cláusula Oitava – DO CONSELHO FISCAL E DAS ASSEMBLEIAS

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal e nem assembleias.

Cláusula Nona – REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios administradores poderão fazer jus a uma retirada mensal a título de “*pró-labore*”, sendo o valor estabelecido em comum acordo entre ambos, o qual será levado à conta de despesas da empresa.

Parágrafo Único – Em caso de apuração de prejuízo contábil, o sócio fará jus a uma retirada, a título de “*pró-labore*”, num valor menor que o previsto no “caput” desta cláusula determinada de acordo com a situação econômica e financeira da empresa.

Cláusula Décima – CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU VENDA DE QUOTAS

A entrada de novos sócios dependerá da aprovação unânime do sócio, sendo que, nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-las.

Parágrafo Primeiro – O sócio que pretender ceder e transferir suas quotas, total ou parcialmente, a terceiros, deverá notificar, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ao outro sócio, o qual terá direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo o sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo – O não-exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no parágrafo primeiro, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas para terceiros.

Cláusula Décima Primeira – FALECIMENTO E OUTROS

A retirada, exclusão, falecimento ou interdição do sócio, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la. Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada do sócio, os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição.

Cláusula Décima Segunda – DA DISSOLUÇÃO

A sociedade será dissolvida por comum acordo entre os sócios, ou pelos casos previstos em Lei, especialmente os dispostos do Artigo 1.033 da Lei nº. 10.406/2002, devendo o Patrimônio Líquido ser distribuído aos sócios de acordo com o percentual de cada um no Capital Social.

Cláusula Décima Terceira – DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado para admissão ou exclusão de sócios e aumento ou diminuição do Capital Social ou reformado no tocante a administração social por deliberação dos sócios representando 100% (cem por cento) do Capital Social.

Cláusula Décima Quarta – FORO JURÍDICO

Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o foro da Comarca de Itupeva, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único – Nos casos omissos neste contrato, a sociedade se regerá pela Lei da Sociedade Limitada, Lei nº. 10.406/2002, de 10 de Janeiro de 2002.

E, por estarem às partes justas, obrigam-se cumprir as cláusulas acima classificadas em seus termos e assinam o presente instrumento de Contrato Social em 3 (três) vias de igual teor e valor, para que se produzam efeitos legais.

Itupeva, 24 de junho de 2020.

EDUARDO FERNANDES FIRMIANO

NILSON OLIVEIRA GONÇALVES PITA

SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA



923000
00 74 04
00



Cartório do 1º Tabelião de Notas de Jundiaí - Estado de São Paulo
RUA SÃO VICENTE DE PAULO, 101 - CENTRO - JUNDIAÍ-SP-CEP: 13201-625 FONE: 4906-1418
José Lucas Rodrigues Olgado - Tabelião

Reconheço, por semelhança COM valor econômico a(s) firma(s) de
EDUARDO FERNANDES FIRMINIANO. Dou fé.
Jundiaí-SP, 30/06/2020. Em Test. da verdade.
MICHELLE LUDMILA GONÇALVES SILVA R\$ 9,88 Seg.
90580506984



1º Tabelião de Notas de Jundiaí
Michelle Ludmila Gonçalves Silva
Escrivente Autorizada

1º Tabelião de Notas de Jundiaí
Michelle Ludmila Gonçalves Silva
Escrivente Autorizada



Terceiro Tabelionato de Notas de Jundiaí - São Paulo Ana Carolina Fanucci Moraes de Almeida
TABELIA
Rua do Rosário, 715 - Centro - CEP: 13201-015 - Jundiaí - SP - Tel.: (11) 4583.4300 - www.cartoriojundiai.com.br

Reconheço, por semelhança COM valor econômico a(s) firma(s) de:
SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA, NILSON OLIVEIRA GONÇALVES
PITA. Dou fé.
Pago R\$ 19,76 Jundiaí-SP, 01/07/2020. Em Test. da verdade.

JACKELINE SUZANE DA SILVA FRANCO
** VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE **

Jackeline Suzane da Silva Franco
Escrivente Substituta



1º Tabelião de Notas de Jundiaí
Michelle Ludmila Gonçalves Silva
Escrivente Autorizada